

Zara admite que havia trabalho escravo em sua cadeia produtiva | VEJA.com

Por Naiara Infante Bertão

access_time 21 maio 2014, 21h15

Loja Zara no Shopping Cidade Jardim, São Paulo (Mário Rodrigues/VEJA)

Em depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Trabalho Escravo, na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp), a rede espanhola Zara afirmou pela primeira vez que havia trabalho escravo em sua cadeia de produção de roupas e acessórios. O presidente João Braga respondeu “sim” quando questionado pelo presidente da Comissão, Carlos Bezerra Junior (PSDB), se “havia trabalho escravo na cadeia produtiva da Zara em 2011”.

Há três anos, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) encontrou problemas nas confecções Aha e Rhodéz, contratadas pela varejista espanhola. Após o flagra de trabalho análogo à escravidão, a Zara firmou um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) e vem cumprindo uma extensa lista de ações para evitar que o erro se repita, e para garantir que seus fornecedores estejam cumprindo os requisitos da lei brasileira. Apesar de ela nunca ter

negado sua responsabilidade social com os trabalhadores de seus parceiros e a sociedade brasileira, a Zara nunca admitiu ter responsabilidade jurídica sobre o ocorrido com essas por essas confecções terceirizadas.

Leia mais:

[Zara lança 'selo de procedência' na véspera de CPI do Trabalho Escravo](#)

[Três anos depois, MPF denuncia fornecedores da Zara por trabalho escravo](#)

Mas, com a confirmação de Braga, a Zara pode complicar os processos que a empresa trava na Justiça para não entrar na Lista Suja do trabalho escravo no Brasil. Ao site de VEJA, Raúl Stradera, porta-voz do Grupo Inditex, dono da Zara, reforçou que a empresa “sempre admitiu que um dos fornecedores mantinha condições irregulares” e que “assim que tomou conhecimento, a empresa tomou as medidas necessárias para reparar o problema”. Contudo, ele evitou falar em “cadeia produtiva” durante toda a entrevista.

Se entrar na Lista Suja do MTE, além de abalar a credibilidade e a imagem da empresa, a Zara passará a receber visitas periódicas do Ministério do Trabalho em suas fábricas e lojas pelo período de dois anos, além do pagamento de multas. A Lista Suja é atualizada semestralmente e, em dezembro, 579 empregadores estavam inscritos, sendo 108 novos.

Leia também:

[Justiça mantém ação contra Zara por trabalho escravo](#)

[MRV é condenada a pagar R\\$ 6,7 milhões por trabalho escravo](#)

‘Selo de procedência’ – Desde a assinatura do TAC, no final de 2011, a Zara disse ter investido 14 milhões de reais em projetos sociais e auditorias internas. Foi lançado um ‘selo de procedência’ no âmbito do projeto “Fabricado no Brasil”, que consiste em passar informações ao cliente sobre o produto, o fornecedor e data da última auditoria interna na empresa. Isso por meio de uma etiqueta especial com QR code – código de barras que pode ser escaneado pela maioria dos aparelhos celulares. A novidade, em fase de testes, só deve estar presente em todas as peças das lojas brasileiras no ano que vem. Se der certo, será levado a outros países. Em paralelo, a empresa fala das 1.300 auditorias internas que ela fez junto a seus fornecedores para verificar se há qualquer problema trabalhistas, como acordado no TAC.

Notícias sobre [empresaTrabalhoVarejo](#)